

## A FORMAÇÃO AGRÁRIA E A OCUPAÇÃO DO SOLO SOB O SISTEMA DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

Atamis Antônio Foschiera<sup>1</sup>

Vera Maria Favila Miorin<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

No início do século, quando a agricultura era a base econômica do Brasil e a política era dominada pela oligarquia rural exportadora, crescia e se proliferava a idéia de um novo modelo de produção para substituir o sistema escravista. Essa fase se constitui no princípio de uma nova ideologia, "a ideologia trabalhista"- o ideal do trabalho remunerado na grande lavoura.

A ideologia trabalhista nasceu e tomou forma a medida em que surgiram problemas de mão-de-obra rural principalmente na lavoura de café. Dois fatos desencadearam esta problemática: as restrições ao tráfego de navios negreiros, pelos ingleses e a lenta procriação da mão-de-obra escrava que não acompanhava a demanda de braços para as lavouras.

Uma das soluções encontradas de imediato foi o incentivo dado à imigração estrangeira, pois essas eram as pessoas que mais se adequavam às aspirações da elite brasileira, como descreve TAVARES DOS SANTOS (1984:14):

"Não se desejava, portanto, resolver apenas o problema da escassez da mão-de-obra; ansiava-se pela renovação das práticas de trabalho; esperava-se a libertação do espírito criador no trabalho, milagre que só o imigrante, isto é, o braço estrangeiro, livre, proprietário e não peado pelas velhas formas de produção, ou por qualquer laime contratual limitativo poderia realizar".

Nesse processo de imigração juntaram-se produtores e governo, aproveitando o momento em que a Europa, havia uma desarticulação sócio-econômica dada pelas guerras e pela revolução industrial que se instalava nos países do centro do continente como soldados desengajados dos exércitos de Napoleão Bonaparte e camponeses pobres e oprimidos prontos

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia e Mestrando em Extensão Rural/CCR/UFSM.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Geociências/CCNE/UFSM e Pesquisadora do CNPq.

a emigrar em busca de terras que poderiam ser ocupadas por aqueles que desejavam ser donos de sua própria lavoura e/ou buscavam um local que oferecesse condições de melhoria do nível de vida. (BRUM, 1988)

Desse modo, a partir de 1824 chegaram os primeiros imigrantes alemães que ocuparam, de preferência, as várzeas e terras das margens dos rios navegáveis que formam o Guafba. Terras estas doadas pelo Governo. (BRUM, 1988:27)

Os grandes proprietários tiveram o cuidado de garantir a posse de suas terras antes de executarem o plano de imigração e exigiram para isso o estabelecimento em Lei por parte do governo. A execução de uma nova corrente migratória sucedeu a Lei da Terra, 1850, que institucionalizou juridicamente a propriedade privada. Segundo BRUM de agora em diante nada mais era doado ao colono. Tudo era vendido, para ser pago em cinco anos com o resultado das colheitas (1988:27).

Vieram a seguir italianos que ocuparam de início terras de mata da região centro-nordeste do Estado. Poloneses, austríacos, russos, letos, húngaros, além de outros que engrossaram a imigração. Eles receberam lotes rurais que variava de tamanho conforme as condições de acesso, água, topografia e solo.

Os lotes variavam de tamanho de acordo com as fases de colonização e disponibilidade de áreas. Assim que de acordo com BRUM (1988:27) "até 1851 era de 77 ha; de 1851 a 1889 foi de 48,4 ha; e de 1889 em diante, passou a ser de 25 ha".

O Rio Grande do Sul foi escolhido para receber esses estrangeiros pôr se encontrar distante das lavouras de café. Isto confirma que eles não vinham para trabalhar de empregados nas lavouras de acordo com a recomendação dos Governos desses países. Outro motivo da vinda dos imigrantes para o sul do país foi a necessidade de ocupar terras que não estavam sendo utilizadas pelos fazendeiros da região e onde fariam oposição ao pensamento conservador dos proprietários de escravos das charqueadas ali existentes, como mostra TAVARES DOS SANTOS (1984).

O que caracterizou esse modelo de produção foi o trabalho livre onde o imigrante, como produtor, tinha a liberdade de escolher o que plantar e como produzir na sua



lavoura, pôr ser dono dos meios de produção. A mão-de-obra dependia dos braços dos integrantes da família.

A produção era diversificada e voltada para a subsistência, os vários tipos de gêneros alimentícios serviam para o auto-consumo e o excedente era comercializado internamente no país, principalmente na região produtora de café.

A comercialização com a região produtora de café ocorreu devido a monocultura. Era viável economicamente comprar os produtos alimentares de outras regiões e nas terras intensificar a produção de café em vez de ocupar áreas com produtos de subsistência para alimentar a mão-de-obra existente.

Esses imigrantes tornaram-se proprietários das terras, eram donos dos instrumentos de trabalho e tinham a posse dos meios de vida necessários a sua manutenção. Eles eram produtores não-especificamente capitalistas porque sua produção estava voltada para o consumo interno da unidade de produção onde apenas o excedente era comercializado, ocorrendo aqui a "re-produção" ou reprodução simples do capital aplicado, isto é: o resultado da produção não ampliada do capital existente inicialmente, apenas o reproduz permitindo ao produtor desenvolver no ano seguinte o mesmo processo de produção. (MIORIN, 1990)

O comportamento das relações de produção do imigrante não caracterizam uma fase capitalista, mas a de uma introdução na fase mercantil destas relações o que, estava bem de acordo com a evolução econômica do país na época.

Segundo TAVARES DOS SANTOS (1984:21), "a relação social capitalista pressupõe a separação entre o trabalhador e as condições objetivas da produção (objetos e meios de produção)". Isso significa que na relação capitalista existe o patrão, dono da terra e dos meios de produção e o empregado, expropriado dos meios de produção, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Neste caso o trabalhador não tem relação com o resultado da produção.

Segundo TAVARES DOS SANTOS (1984:25)

"Na análise de Marx sobre o modo de produção capitalista existem duas fases históricas do desenvolvimento da produção capitalista, a subordinação formal do trabalho ao capital e a subordinação real do trabalho ao capital."

O modo de produção capitalista corresponde ao mecanismo de subordinação real do trabalho ao capital, onde se desenvolvem relações sociais entre os donos do capital e os detentores da força de trabalho.

O modo de produção não-especificamente capitalista corresponde ao mecanismo de subordinação formal do trabalho ao capital. A subordinação se dá na hora da escolha do produto a ser cultivado, que deverá ser algo viável economicamente como também no momento da comercialização, pois quem coloca o preço para o produto é o detentor do capital que irá adquirir esse produto. Assim o produtor está subordinado, mais uma vez, ao capital. Segundo AMIN (1977:26), para esses casos Kautsky qualifica esses produtores como "servos do capital industrial".

As relações mercantis sobre o excedente da produção diversificada das colônias corresponderam a esta fase de subordinação formal do trabalho, dos produtores e do preço da mercadoria em relação a zona cafeeira monocultura e detentora do grande capital.

Como decorrência tem-se, segundo OLIVEIRA (1989:48) "um processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo. é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital". Entende-se que o processo capitalista utiliza de um dos mecanismos; o da subordinação formal do trabalho e da produção ao capital.

Como exemplo cita-se a zona dos produtores de café, capitalistas que atrelam a um sistema de produção voltado ao consumo, onde agricultores vendiam alimentos para a sustentação da mão-de-obra empregada na grande lavoura cafeeira, possibilitando a expansão e viabilização do sistema principal: cafeeicultura de exportação.

Pode-se dizer que a forma de "re-produção" ou reprodução simples do capital em um setor da produção beneficia a reprodução ampliada do capital em outro setor do sistema produtivo.

O desenvolvimento do capitalismo no setor rural brasileiro e, conseqüentemente no Rio Grande do Sul ocorreu com o avanço tecnológico. A modernização deveria viabilizar o aumento da produção (alimentos no mercado interno e matéria-prima), liberação da mão-de-



obra (aumento da força de trabalho urbana) e conectar os subsistemas produtivos do sistema econômico (primário, secundário e terciário). O setor agrícola do Brasil, obteve nas décadas de 60 e 70 um novo impulso com o crescimento tanto na forma extensiva (horizontal) como na forma intensiva (vertical).

Através do uso de insumos agrícolas (adubos químicos, defensivos agrícolas...) foi possível conseguir um crescimento da produtividade agrícola. Solos ácidos, que até então não permitiam condições de utilização, tiveram sua acidez corrigida com calcário; solos pobres em nutrientes essenciais para as plantas foram melhorados com fertilizantes especiais a base de NPK; ervas daninhas que até então eram grandes inimigas das plantações foram controladas com defensivos agrícolas; com máquinas e implementos agrícolas teve-se facilidades para expandir as áreas agricultáveis.

A monocultura intensiva de grande área passou a dominar o setor agrícola, no momento em que se delineavam os contornos de uma nova mundialização da economia agrícola.

A produção gaúcha da região de colonização que até então estava voltada principalmente para a subsistência e abastecimento do mercado interno, agora volta-se para a exportação. A soja assumiu o papel de principal produto agrícola e foi cultivada em locais que até pouco tempo eram matas naturais, ou locais ocupados com produtos alimentares, ou ainda locais onde predominava a pecuária extensiva ou semi-extensiva.

Com o advento da modernização obteve-se uma nova relação de produção no campo. O trabalhador rural antes meeiro, parceiro ou sob outra condição, na sua maioria, passou a não ter relações com os resultados da produção. Agora ele recebe um salário como pagamento pela venda de sua mão-de-obra ao proprietário do estabelecimento, que se tornou um empresário rural.

Outros, geralmente por serem minifundiários e não terem condições para se inserir no novo modelo agrícola, viram-se obrigados a abdicar de suas propriedades, dando condições, como diz BRUM (1988:123) "a ocorrência de um crescente processo de aglutinação de propriedades rurais pelos médios proprietários que vão açambarcando sempre mais parcelas de terra".

Entre esses que foram expropriados do campo, muitos foram tentar a vida na cidade (êxodo rural), aumentando os cinturões de miséria existentes e outros, foram para as novas frentes agrícolas ou se agruparam passando a reivindicar terras ao Governo quer como acampados nas beiras de estradas ou organizados politicamente em movimentos em prol da reforma agrária.

Os que ficaram no campo sem se tornarem assalariados e que continuaram trabalhando em suas propriedades dependendo da mão-de-obra familiar, poucos conseguiram capitalizar a produção, introduzindo técnicas modernizantes em suas atividades.

Para colocar em prática essa nova ordenação das atividades era preciso investir e para isto os produtores recorreram aos bancos com seus programas de Crédito Agrícola que traduzia-se na adoção aos pacotes tecnológicos pré-estabelecidos pela política econômica nacional.

Do início os juros eram baratos e as condições de pagamento dos empréstimos eram favoráveis, graças a sustentação garantida pelos grupos estrangeiros através do Banco do Brasil.

A partir da década de 80 este programa de crédito entrou em decadência e o processo produtivo que até então homogenizava os produtores rurais em uma só classe social ruiu levando a liquidez muitos proprietários.

Para o ajustamento da economia brasileira à conjuntura internacional, de acordo com as orientações do FMI, retiraram-se, progressiva e rapidamente, os subsídios ao crédito até quase sua eliminação completa, colocando o agricultor e a agricultura no jogo do mercado financeiro. O rápido aumento das taxas de juros, ao lado da elevação dos preços de máquinas, insumos e combustíveis, tem provocado extraordinária elevação dos custos de produção, ao mesmo tempo que se retraiu o mercado interno por uma política de arrocho salarial que reduziu o poder aquisitivo da população. A partir disso, se acresce, ainda, as frequentes frustrações de safras, a deteriorização dos preços da soja e outros produtos de exportação no mercado internacional, a crise de grande número de cooperativas, a descapitalização e endividamento da maioria dos produtores rurais - tudo em um contexto inflacionário extremamente exarcebado. (BRUM 1988)



Em meio a toda essa crise, os agricultores viram diminuídas as possibilidades de se reproduzirem diante de um cenário adverso, ficando expostos à exploração dos comerciantes no que se refere à compra de insumos e à venda de seus produtos (antes negociados nas cooperativas).

Segundo ZAMBERLAM & FRONCHETI (1992):

"Os pequenos proprietários encontram-se descapitalizados, com as terras esgotadas, com máquinas sucateadas, sendo prejudicados por Políticas Agrícolas desfavoráveis e práticas de preços avilante".

A partir desse momento configuram-se novos grupos de produtores rurais, possíveis de ser reconhecidos a luz da classificação de Chayanov (Apud SILVA e STOLCKE, 1981).

Os grupos de produtores rurais que podem ser encontrados após as transformações capitalistas seguindo CHAYANOV, são:

- os proletariados, aqueles separados social e economicamente da produção. Portanto sem condições de produção, trata-se do agricultor quando perde o acesso a terra e a produção de bens e salários. Isto ocorre por eliminação do sistema de produção em que vivia.

- os pequenos produtores médios, se distinguem pela existência do fraco desenvolvimento da produção mercantil. O trabalho agrícola depende da própria força de trabalho desta categoria. A unidade familiar é responsável pela manutenção da produção e do desenvolvimento social da família. Contudo esta produção e desenvolvimento social só ocorre em períodos especialmente favoráveis a produção, por isso encontra-se esta categoria em uma situação de extrema instabilidade.

Eles não podem avançar sem contrair dívidas a serem pagas com trabalho, sem buscar rendas complementares que em parte consiste também na renda da força de trabalho. A cada má colheita, massas de pequenos produtores médios passam para as fileiras do proletariado.

Por suas relações sociais esta categoria oscila entre a superior que a atrai, mas na qual somente conseguem entrar uma pequena minoria e, a inferior, para a qual é impelido pela marcha da evolução social.

- os pequenos produtores semicapitalistas, estão inseridos na economia mercantil mesmo que para isto tenha que lançar mão da força de produção da família.

Desse modo a unidade econômica familiar deve ser vista como um conjunto indissociável no qual, o trabalho, a terra e o capital são variáveis dependentes que sofrem um contínuo processo de modificação. no esforço de estabelecer equilíbrio entre o dispêndio de trabalho, as necessidades de consumo da unidade familiar e a variável independente que é a produção em si capaz de garantir a renda familiar.

O problema econômico básico destes pequenos produtores capitalistas é a correta e solidária organização do trabalho anual, estimulados pela necessidade básica de cobrir o orçamento familiar anual e pelo desejo natural de poupar ou de investir capital, conforme as condições econômicas do momento.

Os sucessivos pacotes tecnológicos ocasionaram impactos diferenciados em cada uma destas categorias de produtores rurais e, conseqüentemente resultaram em aspectos distintos conforme a disponibilidade de recursos materiais e financeiros existentes no seio de cada unidade de produção. Entre as respostas dada nas categorias tem-se: a liquidez de muitos, isto é, seu desaparecimento; a situação de minifundiário, desenvolvendo uma produção de sobrevivência, portanto não comerciável; a situação de semi-mercantil, isto é, ora está com mercado, ora não consegue sobreviver, dependendo dos azares da natureza e das condições do mercado para seus produtos, sem conseguir firmar um sistema de produção existente mais contido em uma forma difusa, portanto não definido; e, por último, os bem situados que se mantêm no mercado graças ao desenvolvimento de um sistema de produção.

Deste modo é necessário entender as formas moldadas pelas interferências. Os sistemas de produção originados deste impacto econômico-político servem como meio de constituir uma identificação dos produtores e dos produtos que predominarão em uma dada zona cujas características obedeçam a um certo padrão.



## 2. BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Hucitec, 1992.
- AMIN, S. **A questão Agrária e o Capitalismo**. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1970.
- BARATO, J. **Organização do Espaço Geográfico dos Municípios de Faxina do Soturno e São João do Polésine - RS**. Departamento de Geociências UFSM, Santa Maria, 1992. (Trabalho de Graduação A).
- BRACAGIOLI, A. e MORRONE, E. IN: **Relatório das Experiências em Agroecologia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, mar., de 1992 PCA/RS.
- BRUM, A. **A comercialização no Contexto Econômico: O caso da Agropecuária**. Vozes, Petrópolis, 1883.
- \_\_\_\_\_. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**. Vozes, Petrópolis, 1988.
- CARVALHO, A. e MARTINS S. **Capitalismo**. Minas Gerais, Lê, 5ª edição, 1987.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. IN SILVA J. G. da & STOLCK V. (ORG.) **A Questão Agrária**. São Paulo. Brasiliense. 1981. p. 133-163.
- MIORIN, V. M. F. **Modo de produção e Organização do Espaço Agrário: Uma abordagem Teórica Metodológica**. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1988. (Tese de Doutorado)
- NASCIMENTO FILHO, J. C. de **Formas Coletivas de Organização de produção em Assentamentos do RS**. Dissertação de Mestrado, Santa Maria, 1990.
- NAVARRO, Z. IN: **Relatório de Monitoria de projeto: número 2**. Washington, Fundação Inter-Americana, 1993 (Projeto BR-655-A3 CETAP).
- NEUMANN, P. S. **A Formação de Agricultores: uma ação essencial ao desenvolvimento rural**. Dissertação de Mestrado, Santa Maria, 1992.
- OLIVEIRA, A. U. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. **Revista Geográfica**. AGB, SP, 1989.

OLIVEIRA, F. **Viva a Corrupção: O Escândalo BNCC/CENTRALSUL**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

REVISTA AGRICULTURA ALTERNATIVA, Pontão ano 1, fev/abr., de 1991. CETAP.

REVISTA PERSPECTIVA ECONÔMICA - SÉRIE COOPERTAVISMO, São Leopoldo, Vol. 12, Nº 38, 1982.

RIOS, G. S. L. **O que é Cooperativismo**. São Paulo, Brasiliense, 2ª edição, 1987.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho: Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital**. São Paulo, HUCITEC, 1984.

WILKINSON, J. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção**. São Paulo, HUCITEC-CEPA/BA, 1986.

ZAMBERLAM, J. & FRONCHETI, A. **Cooperação Agrícola**. Passo Fundo, Berthier, 1992.

## RESUMO: A FORMAÇÃO AGRÁRIA E A OCUPAÇÃO DO SOLO SOB O SISTEMA DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL.

Através de uma análise teórica é possível perceber o processo evolutivo da ocupação do espaço agrícola gaúcho. Este espaço foi ocupado de forma heterogênea, sendo possível de classificação devido a características que apresenta em determinadas épocas, na questão produtiva, política, de investimentos de capitais, etc.

A partir destas constatações entende-se as formas moldadas pelas interferências ocorridas no meio rural gaúcho, sendo possível identificar tipos de produtores que predominaram e predominarão em dada zona de produção, cujas características obedecem a um certo padrão. A abordagem deste trabalho é centrada na ocupação do espaço agrícola gaúcho por pequenos proprietários.

**Palavras-Chave:** Imigração, Produção Familiar, Subordinação, Modernização.

## ABSTRACT: THE AGRARIAN FORMATION AND THE GROUND OCCUPATION ON THE FAMILIAR PRODUCTUON SYSTEM IN RIO GRNDE DO SUL.

Through an theoretical analyse it is possible to perceive the evolution process of occupation of the 'gaúcho' agricultural space. This space was occupied of the heterogeneous

shape, being possible classification due to characteristics which show in some epoch, as much in the production question as much as on the politics side, etc.

Based on these evidences understanding the shapes moulded by interferences occurred in the 'gaúcho' rural environment, being possible to identify types of producers and products which predominate and will predominate in some zone, whose characteristics abide by this is centered mainly in the occupation of the agricultural space by small proprietor.

**Key Words:** Immigration, Familiar Production, Subordination, Modernization.